



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

**DECISÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**Processo Administrativo nº 818/2025**

**Dispensa Eletrônica nº 018/2025**

**Interessado:** LED Engenharia, Manutenção, Conservação e Comércio de Materiais de Construção Ltda.

**Objeto:** Montagem da iluminação natalina da sede da Câmara Municipal de Valença/RJ.

**1- RELATÓRIO**

Em 02/12/2025, às 17h21, a empresa LED Engenharia Ltda. protocolou documento intitulado "Recurso Administrativo de Impugnação do Julgamento", por meio do qual questiona o resultado constante da Ata de Julgamento da Dispensa Eletrônica nº 018/2025.

Na manifestação apresentada, a empresa alega que a proposta da empresa declarada vencedora teria sido recebida um minuto após o horário limite estabelecido no Aviso de Dispensa, o que, em sua visão, configuraria intempestividade insanável.

A recorrente sustenta, ainda, a pretensa tempestividade de sua impugnação, afirmando que o prazo recursal previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 teria sido observado, ao argumento de que deveria ser contado a partir da data de publicação do extrato no Boletim Oficial.

Diante do conteúdo apresentado, passo à análise quanto à admissibilidade, cabimento, e tempestividade da peça protocolada.

Passo à análise.

**2. DO CABIMENTO E DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE RECURSO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que não existe recurso administrativo formal no âmbito da contratação direta por dispensa de licitação, seja ela eletrônica ou não, conforme dispõe expressamente a Lei nº 14.133/2021. Isso porque o sistema recursal instituído pela nova Lei de Licitações é destinado exclusivamente às modalidades competitivas, nas quais há disputa entre licitantes e possibilidade de gravame decorrente de atos de habilitação, julgamento ou classificação.

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar das fases recursais, é clara ao estabelecer que o direito de recorrer aplica-se apenas às seguintes modalidades: concorrência, pregão, tomada de



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

preços, diálogo competitivo e leilão. Consequentemente, ausente previsão normativa, inexistente fase recursal formal em procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, disciplinados pelo art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Importa destacar, contudo, que a inexistência de fase recursal **não significa ausência de controle administrativo**. A própria Lei nº 14.133/2021 admite, em seu art. 165, a possibilidade de apresentação de **pedido de reconsideração**, o qual constitui mero instrumento de diálogo com a Administração, e não um recurso formal. Trata-se de mecanismo excepcional que permite ao administrado manifestar-se acerca de decisão administrativa, desde que respeitado o prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da publicação ou comunicação do ato decisório.

Todavia, o pedido de reconsideração **não suspende nem interrompe qualquer prazo** para eventual recurso administrativo – ainda que, no caso das contratações diretas, tal recurso não exista. Assim, ainda que admitido como manifestação, o instrumento não possui natureza recursal, não instaura fase processual própria, tampouco tem o condão de reabrir ou prorrogar prazos.

Diante disso, conclui-se que a peça apresentada pela empresa não se enquadra como recurso administrativo, pois não encontra previsão legal na hipótese de dispensa de licitação, sendo juridicamente inadmissível o seu conhecimento como tal.

Prossegue-se, apenas por cautela argumentativa, à análise subsidiária de tempestividade.

### 3. DA INTEMPESTIVIDADE

Superada a análise de cabimento, na qual se concluiu pela inexistência de previsão legal de recurso ou pedido de reconsideração com efeito suspensivo no âmbito das contratações diretas, passa-se, apenas por cautela argumentativa, ao exame subsidiário da tempestividade da manifestação apresentada pela empresa LED Engenharia Ltda.

Assim, ainda que se admitisse, em caráter meramente procedimental, a análise da manifestação apresentada, impõe-se registrar que o pedido foi protocolado fora do prazo legal previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação de pedido de reconsideração **a partir da ciência da decisão**.

O ponto central, portanto, é identificar qual ato foi impugnado e quando se aperfeiçoou a ciência desse ato. No caso concreto, a empresa contesta o aceite da proposta



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

registrado pela Agente de Contratação, constante da Ata de Julgamento, documento no qual se formalizou a decisão de declarar a vencedora da Dispensa Eletrônica nº 018/2025.

Referida **Ata de Julgamento** foi publicada no site oficial da Câmara Municipal de Valença em **19/11/2025**, conferindo ciência inequívoca aos interessados acerca do julgamento e de todos os atos nele consignados, conforme demonstrado no link abaixo:

<https://www.valenca.rj.leg.br/transparencia/licitacoes-1/2025-licitacoes/dispensa-de-licitacao/dispensa-eletronica-018-2025-processo-818-2025/5-camara-municipal-valenca-ata-de-julgamento-processo-818.pdf/view>

**Importante destacar que o prazo não se conta da data da homologação**, pois a homologação não contém o suposto vício alegado pela empresa, tampouco altera, substitui ou reabre a decisão constante da Ata de Julgamento. Trata-se de ato meramente ratificador, que confirma a regularidade do julgamento, mas não inaugura novo prazo de manifestação, por não ser o ato impugnado e por não veicular qualquer deliberação inédita em relação ao julgamento já publicado.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da sistemática dos prazos administrativos, o prazo para eventual pedido de reconsideração, quando cabível, **ocorre a partir da ciência do ato impugnado, e não da homologação**, que não altera a situação jurídica criada no julgamento.

Assim, o marco temporal correto é a publicação da Ata de Julgamento em 19/11/2025, e não os atos subsequentes (homologação e publicação do extrato), os quais não têm o condão de reabrir ou renovar prazo de manifestação.

Considerando o feriado nacional de 20/11/2025 (Dia da Consciência Negra), o recesso administrativo da Câmara em 21/11/2025, bem como o fim de semana subsequente (22 e 23/11/2025), o primeiro dia útil subsequente ocorreu em 24/11/2025, seguindo-se:

- 20/11/2025 – feriado nacional (Dia da Consciência Negra) → não conta como dia útil;
- 21/11/2025 – recesso administrativo da Câmara Municipal → não conta como dia útil;
- 22 e 23/11/2025 – sábado e domingo → não contam como dias úteis.
- 24/11/2025 → 1º dia útil;
- 25/11/2025 → 2º dia útil;
- 26/11/2025 → 3º dia útil.



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

A manifestação apresentada pela empresa foi protocolada somente em 02/12/2025, às 17h21, portanto **seis dias úteis após o término do prazo que seria aplicável**, caso o instrumento fosse juridicamente cabível.

Assim, ainda que fosse possível conhecer do pedido, o que não se admite, este se encontraria manifestamente intempestivo, razão pela qual não pode ser analisado quanto ao mérito.

#### 4. DA IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO

Por fim, registra-se que não cabe a esta Agente de Contratação analisar o mérito da alegação formulada pela empresa, relativa ao suposto recebimento tardio da proposta vencedora. Isso porque a manifestação apresentada não é instrumento cabível no procedimento de dispensa de licitação e, adicionalmente, encontra-se manifestamente intempestiva, com prazo expirado desde 26/11/2025.

Assim, eventual exame do conteúdo ou da correção do julgamento realizado na Ata de 19/11/2025 fica prejudicado, pois a ausência de cabimento e a intempestividade impedem o conhecimento da matéria.

A Administração Pública somente pode adentrar o mérito de uma impugnação quando preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, o que não ocorre no presente caso.

#### 5. FATO SUPERVENIENTE

Registra-se, ainda, fato superveniente identificado na presente data (04/12/2025), que reforça a inexistência de interesse de agir e a absoluta falta de fundamento do pedido apresentado pela empresa LED Engenharia Ltda.

Ao proceder à conferência dos e-mails institucionais para recebimento de propostas relativas à Dispensa de Licitação nº 019/2025, **verificou-se que a empresa QUANTUM enviou a primeira proposta exatamente às 16h00**, dentro do prazo estabelecido, a qual, entretanto, foi automaticamente direcionada para a **caixa de spam** do e-mail da Câmara Municipal.

Na ocasião do julgamento, havia sido visualizado apenas o **segundo e-mail encaminhado pela mesma empresa às 16h01**, razão pela qual se supôs, naquele momento, que a primeira proposta teria sido encaminhada após o horário-limite.

Constatada hoje a existência do e-mail tempestivo enviado às 16h00, evidencia-se que não houve qualquer prejuízo à ampla participação dos interessados, tampouco irregularidade



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

no procedimento conduzido, o que reforça a inexistência de fundamento fático ou jurídico que sustente a impugnação apresentada pela empresa LED Engenharia Ltda.

Assim, torna-se ainda mais clara a **falta de interesse processual** na manutenção da demanda formulada, uma vez que o próprio alegado vício, suposto atraso de um minuto, não se verifica na realidade, afastando qualquer impacto na lisura do julgamento ou no resultado final da Dispensa Eletrônica nº 018/2025.

## 6. DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, esta Agente de Contratação:

**I – NÃO CONHECER** da manifestação apresentada pela empresa LED Engenharia Ltda., por absoluta **inexistência de previsão legal** de recurso ou pedido de reconsideração com efeito suspensivo no procedimento de dispensa de licitação previsto no art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

**II – RECONHECER**, por cautela argumentativa, que a manifestação foi protocolada fora do prazo de 03 (três) dias úteis previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, encontrando-se, portanto, **manifestamente intempestiva**, o que igualmente impede seu processamento;

**III – DECLARAR PREJUDICADA** qualquer análise de mérito, uma vez que a ausência de cabimento e a intempestividade inviabilizam o exame do conteúdo da alegação referente ao suposto recebimento tardio da proposta vencedora;

**IV – DETERMINAR** a remessa dos autos à **Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Valença**, para emissão de parecer jurídico conclusivo, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021;

**V – APÓS O PARECER**, encaminhem-se os autos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** para decisão final.

**VI – REGISTRAR**, por fim, informação adicional relevante: na data de hoje, 04/12/2025, ao analisar mensagens recebidas na caixa de spam do e-mail institucional durante o processamento de propostas referentes à Dispensa de Licitação nº 019/2025, **verificou-se que a empresa QUANTUM enviou a proposta originalmente às 16h00**, dentro do prazo estabelecido, tendo sido visualizado anteriormente apenas o segundo envio, realizado às 16h01.

**Tal constatação reforça ainda mais a inexistência de qualquer fundamento fático ou jurídico na alegação apresentada pela empresa LED Engenharia Ltda., evidenciando**



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

**a ausência de interesse de agir e confirmando que não houve qualquer irregularidade no julgamento da Dispensa nº 018/2025.**

Valença – RJ, 04 de dezembro de 2025.

**Maria de Fátima Alves dos Santos**  
Agente de Contratação e Pregoeira



in:spam



Excluir definitivamente

Não é spam



1 de 2

proposta

Spam x

Beatriz Coelho <beatrizcoelhoboti@gmail.com>  
para mim

qua., 19 de nov., 16:00



Por que esta mensagem está na pasta "Spam"? Esta mensagem é semelhante a outras que já foram identificadas como spam.

Não é spam



Parece que esta mensagem está em  
inglês

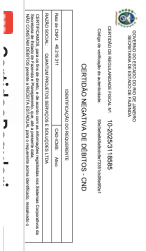
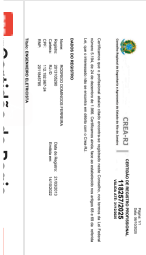
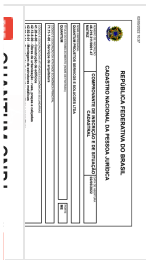


[Traduzir para o português](#)

5 anexos • Verificados pelo Gmail



Adicionar tudo ao Drive



Ativar as notificações na área de trabalho para o Gmail.

OK

Agora não(a)



Câmara Municipal de Valença RJ <licitacao.cmvj@gmail.com>

proposta

1 mensagem

Beatriz Coelho <beatrizcoelhoboti@gmail.com>

Para: "licitacao.cmvj@gmail.com" <licitacao.cmvj@gmail.com>

19 de novembro de 2025 às 16:00

5 anexos

 QUANTUM CNPJ.pdf  
82K

 Certidão de Registro Profissional CREA.pdf  
217K

 CertidaoRegularidadeFiscal CND.pdf  
36K

 CONTRATO SOCIAL QUANTUM.pdf  
3955K

 ORÇAMENTO quantun natal 2025 ret 29375,10.docx  
589K